

Metrô pode **parar** na terça-feira, dia 17/8

Em audiência o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) reconhece direito dos metroviários em receber a Participação nos Resultados



Os metroviários reunidos em assembléia na segunda-feira passada, decidiram parar suas atividades por tempo indeterminado a partir da próxima terça-feira para exigir da empresa o direito dos trabalhadores ao pagamento da participação nos resultados. Infelizmente, toda vez que precisamos reivindicar nossos direitos a empresa e o governo do Estado respondem com indiferença – e mesmo com intransigência. Desta vez, não está sendo diferente. A direção do Metrô sabia que o contrato de participação nos resultados da categoria venceria em julho. Desde outubro os metroviários insistem em negociar, mas até agora a direção do Metrô se recusa a abrir negociações.

Em audiência no dia 9/8 o Tribunal Regional do Trabalho reconheceu o direito dos metroviários, mas a empresa continuou intransigente.

Diante deste quadro, a categoria chegou à conclusão de que só a pressão pode sensibilizar o governo e decidiu pela greve a partir da próxima terça-feira. Os trabalhadores brasileiros sabem das dificuldades econômicas para quem vive de salários. Não abriremos mão da participação nos resultados. Se o Metrô é hoje uma companhia bem-sucedida, isso se deve fundamentalmente ao nosso trabalho.

O que queremos é apenas a parte que nos cabe por direito. Contamos com o apoio dos usuários.

Participação nos Resultados

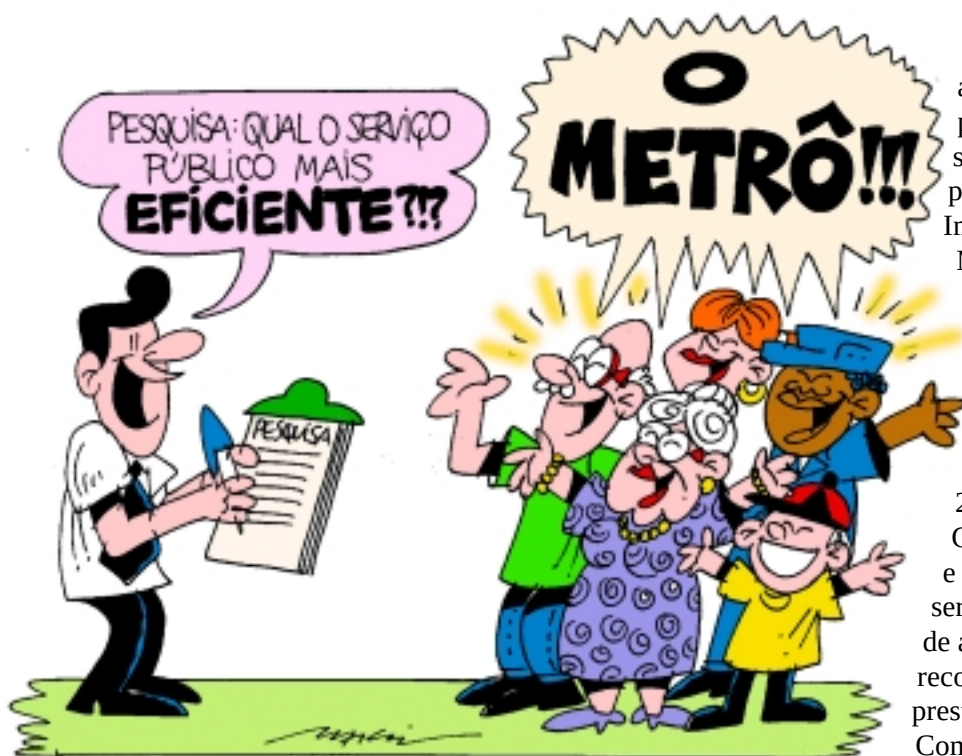
Um direito dos trabalhadores, um dever da empresa

Em dezembro de 1994, foi regulamentado o artigo da Constituição Federal que estabelece a Participação (dos trabalhadores) nos Lucros ou Resultados (PLR) das empresas. Logo a sigla passou a fazer parte da vida cotidiana dos trabalhadores e das companhias. No caso do Metrô, a empresa e a categoria têm firmado contratos que prevêem pagamentos anuais de participação nos resultados, de acordo com a evolução do número de usuários em relação ao de metroviários. Por ser uma empresa prestadora de serviços públicos, o Metrô não precisa, necessariamente, ter lucro – daí a definição de participação nos resultados. Esses acordos já são adotados por diversas companhias brasileiras.

Nas empresas modernas, que vêem seu sucesso como resultado da dedicação dos trabalhadores, é comum a divisão dos resultados ou dos lucros entre todos, de forma equânime. A medida provisória deixa claro que a PLR – ou a PR – deve servir de incentivo à produtividade e ter regras claras e objetivas, considerando critérios como índices de produtividade, qualidade ou lucratividade; basear-se em programas de metas, resultados e prazos pactuados; e que não constitui base para qualquer encargo trabalhista ou previdenciário.

Pesquisa mostra que Metrô é campeão de eficiência graças aos metroviários

Empresa fica à frente de Correios, Bombeiros e Poupatempo



O Metrô de São Paulo foi apontado em 2003 como a empresa pública que melhor presta serviço aos seus usuários. O resultado foi obtido por meio da pesquisa anual "A Imagem dos Serviços Públicos e do Metrô", realizada pela Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP). Segundo a pesquisa, o padrão Metrô de atendimento superou todos os seus concorrentes.

O Metrô ficou à frente com 20% de preferência, seguido dos Correios e dos Bombeiros, com 19%, e o Poupatempo, com 17% - os serviços públicos com melhores índices de avaliação em 2003. "O reconhecimento público dos serviços prestados pelos funcionários da Companhia do Metrô ratificam a

conquista da empresa, no ano passado, da Certificação ISO 9001, versão 2000, em todas as linhas do sistema metroviário e nos estimula a novos desafios para continuar atendendo cada vez melhor nossos usuários", comentou na ocasião Luiz Carlos David, presidente do Metrô. Ao todo, foram realizadas, por meio de questionários, 605 entrevistas pessoais e domiciliares, com pessoas acima de 16 anos. Cada entrevistado podia indicar mais de um serviço público que ele considerasse que funciona bem. Com base nas respostas, foi solicitado que indicasse aquele que, na sua opinião, funciona melhor. Neste quesito, o Metrô conquistou a preferência de 20% dos entrevistados, alcançando o primeiro lugar na pesquisa. Mais um fato que mostra a justiça da nossa luta pela participação nos resultados.

Brasil não precisa do FMI

O Brasil está se recuperando economicamente, depois da overdose de "mercado" que levou o país quase à asfixia ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A indústria brasileira mantém seu forte ritmo de recuperação e neste ano deve crescer 6%, muito acima dos 4% previstos para toda a economia - segundo projeções do setor divulgadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), principal associação do setor privado no país. Outro indicador de que o país procura se livrar da herança maldita da "era FHC" é a decisão do governo de focar o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) em torno das micros e pequenas empresas, atuando como condutor do processo de mobilização e cooperação empresarial. O APL é parte fundamental da política industrial brasileira.

O que define esse novo ritmo da economia é o patamar da taxa de juros. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) começou a cortar a Selic, a resposta econômica foi automática. As freadas na redução dos juros em junho e julho foram

justificadamente recebidas com protestos pelas centrais sindicais e entidades empresariais brasileiras. Os sinais do Copom de manter o pé no freio pelos próximos seis meses são sem dúvida decepcionantes. E isso se deve à armadilha do acordo com o FMI, que exige o controle da inflação por meio da cavalgar taxa de juros que esmaga nossa economia desde a instauração do Plano Real, em 1994. Vê-se à frente uma economia querendo emergir, mas sufocada por um monte de burocratas — ou burrocratas — neoliberais, herdados da "era FHC", ditando regras recessivas. O Brasil precisa de outra política macroeconômica, com mais emprego e renda. E para isso a mobilização dos trabalhadores é fundamental.

